

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
PREFÁCIO DA OITAVA EDIÇÃO.....	7
PREFÁCIO DA SÉTIMA EDIÇÃO	9
PREFÁCIO DA SEXTA EDIÇÃO	11
PREFÁCIO DA QUINTA EDIÇÃO	13
PREFÁCIO DA QUARTA EDIÇÃO.....	15
PREFÁCIO DA TERCEIRA EDIÇÃO	17
PREFÁCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO.....	19
ABREVIATURAS	27
CITAÇÃO DE ARTIGO DE LEI E DE SÚMULA DE TRIBUNAL.....	37
1. INTRODUÇÃO	39
1.1 Delimitação do tema.....	39
1.2 Metodologia utilizada.....	40
2. OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DOS RECURSOS CIVIS.....	43
2.1 Norma, princípio, regra, garantia, direito	44
2.1.1 Considerações gerais.....	44
2.1.2 Direitos fundamentais.....	44
2.1.2.1 Direitos fundamentais na obra de Robert Alexy.....	44
2.1.3 Norma	44
2.1.3.1 Teoria estruturante de Müller.....	44
2.1.3.2 Distinção entre texto e norma	46
2.1.4 Princípios.....	47
2.1.4.1 Princípios na obra de Robert Alexy.....	47
2.1.4.2 Princípios na obra de Ronald Dworkin	48
2.1.4.3 Distinção entre princípios e regras na obra de Ronald Dworkin	49

2.1.4.4	Distinção entre princípios e regras na obra de Luis Virgílio Afonso da Silva.....	49
2.1.4.5	Princípios na visão de Lenio Luiz Streck	50
2.1.4.6	Princípios e regras na obra de Canotilho.....	51
2.1.4.7	Princípios na obra de Josef Esser	53
2.1.5	Nota conclusiva.....	56
2.2	Generalidades	57
2.3	Princípio do duplo grau de jurisdição	59
2.4	Princípio da taxatividade	71
2.4.1	Generalidades.....	71
2.4.2	A enumeração dos recursos no CPC	71
2.4.2.1	A taxatividade e o agravo de instrumento	82
2.4.3	Os recursos existentes fora do sistema do CPC.....	90
2.4.3.1	Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.....	92
2.4.3.2	Supremo Tribunal Federal: embargos infringentes em ações de competência originária e em recurso ordinário (RISTF 333).....	105
2.4.3.3	Supremo Tribunal Federal: recursos na ação direta de inconstitucionalidade (ADIn) e na ação declaratória de constitucionalidade (ADC)	108
2.4.3.3.1	Recurso de terceiro prejudicado.....	109
2.4.3.3.2	Indeferimento da petição inicial (LADIn 4.º, 12-C e 15)	109
2.4.3.3.3	Admissão do <i>amicus curiae</i> no processo da ação direta de inconstitucionalidade (ADIn) ...	115
2.4.3.3.4	Decisões interlocutórias	117
2.4.3.3.5	Decisão final	118
2.4.3.3.6	Recursos no controle incidental da constitucionalidade (prejudicial de inconstitucionalidade)	120
2.4.4	Os sucedâneos dos recursos.....	121
2.4.4.1	Remessa obrigatória.....	122
2.4.4.2	Correição parcial	131
2.4.4.3	Pedido de reconsideração	134
2.4.4.3.1	Preclusão <i>pro iudicato</i> . Não preclusividade relativa das matérias de ordem pública	142
2.4.4.4	Ações autônomas de impugnação.....	149
2.4.4.5	Incidentes no processo	149
2.4.4.5.1	Uniformização da jurisprudência (CPC/1973 476).....	150

2.4.4.5.2	Uniformização da jurisprudência: RE e REsp repetitivos, Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), Incidente de assunção de competência (IAC) e Súmulas	151
2.4.4.5.3	Incidente de arguição de inconstitucionalidade e outros incidentes	157
2.4.5	A técnica de julgamento do CPC 942 (julgamento estendido)	164
2.5	Princípio da singularidade	170
2.6	Princípio da fungibilidade.....	192
2.6.1	O art. 810 do Código de Processo Civil de 1939	193
2.6.2	Requisitos para a incidência do princípio da fungibilidade no direito vigente	196
2.6.2.1	Dúvida objetiva sobre qual o recurso cabível. Algumas hipóteses	198
2.6.2.2	Inexistência de erro grosseiro.....	216
2.6.2.3	Irrelevância do prazo do recurso próprio (ou prazo “menor”).....	221
2.6.2.4	Procedimento da fungibilidade.....	225
2.6.2.5	Conclusão.....	226
2.7	Princípio da dialeticidade	229
2.8	Princípio da voluntariedade.....	232
2.9	Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias	232
2.10	Princípio da complementaridade.....	234
2.11	Princípio da proibição da <i>reformatio in peius</i>	236
2.12	Princípio da consumação	245
3.	ASPECTOS GERAIS DOS RECURSOS	249
3.1	Conceito de recurso	249
3.2	Natureza jurídica do recurso	259
3.2.1	Recurso como ação constitutiva autônoma	259
3.2.1.1	A tese de Betti	260
3.2.1.2	A tese de Gilles	261
3.2.2	Recurso como modalidade do direito de ação	264
3.2.2.1	A tese de Rocco	264
3.2.3	O recurso e a ação autônoma de impugnação: características e diferenças	265
3.2.4	Conclusão	274
3.3	Atos processuais sujeitos a recurso	275
3.3.1	Atos do juiz de primeiro grau	281
3.3.2	Atos proferidos nos tribunais.....	281
3.3.3	Distinção entre <i>error in iudicando</i> e <i>error in procedendo</i>	287

4.	PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS.....	293
4.1	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos.....	293
4.2	Pressupostos de admissibilidade dos recursos	324
4.2.1	Cabimento do recurso.....	326
4.2.2	Legitimidade para recorrer.....	357
4.2.3	Interesse em recorrer.....	363
4.2.4	Tempestividade.....	383
4.2.5	Regularidade formal.....	414
4.2.6	Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do poder de recorrer....	434
4.2.7	Preparo.....	458
4.3	Recurso extraordinário: repercussão geral como requisito especial de admissibilidade	461
4.3.1	Repercussão geral e recursos repetitivos	469
4.4	Recurso especial: relevância da questão de direito federal como requisito especial de admissibilidade	470
4.4.1	Arguição de relevância da questão federal no recurso extraordinário (STF). Gênese histórica.....	470
4.4.2	Requisito especial de admissibilidade do REsp.....	480
5.	EFEITOS DOS RECURSOS.....	483
5.1	Efeito devolutivo.....	484
5.1.1	Apelação.....	488
5.1.2	Agravo	496
5.1.3	Embargos de declaração	498
5.1.4	Embargos infringentes (CPC/1973 530) e julgamento estendido (CPC 942).....	502
5.1.5	Recurso especial.....	507
5.1.6	Recurso ordinário constitucional.....	511
5.1.7	Recurso extraordinário.....	511
5.1.8	Embargos de divergência.....	511
5.2	Efeito suspensivo	513
5.2.1	Recursos que têm efeito suspensivo.....	515
5.2.2	Impugnação parcial e efeito suspensivo	520
5.2.3	Concessão <i>ex officio</i> do efeito suspensivo	522
5.2.4	Tutela provisória na fase recursal	524
5.2.5	Sentença que julga ações conexas.....	526
5.2.6	Rejeição liminar dos embargos do devedor	530
5.2.7	Sentença e cassação da liminar.....	532
5.2.7.1	Liminar impugnada e sentença irrecorrida	534

5.2.8	Mandado de segurança para dar efeito suspensivo a recurso que não o tem	535
5.2.9	Tutela de urgência para sustar os efeitos de decisão judicial recorrível...	538
5.2.10	Efeito suspensivo a requerimento da parte	541
5.2.11	Sentença que confirma a tutela provisória	542
5.3	Efeito expansivo.....	543
5.4	Efeito translativo.....	547
5.5	Efeito substitutivo.....	554
5.6	Tutela provisória no procedimento recursal.....	555
6.	DIREITO INTERTEMPORAL DOS RECURSOS	557
6.1	O regime jurídico dos RE e REsp retidos (CPC/1973 542 § 3.º).....	561
7.	COISA JULGADA: RELATIVIZAÇÃO E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	565
7.1	A polêmica sobre a relativização (<i>desconsideração</i>) da coisa julgada e o Estado Democrático de Direito.....	566
7.2	Coisa julgada. Conceito.....	566
7.3	Coisa julgada. Finalidade central do processo	567
7.4	Coisa julgada. Efeitos.....	568
7.5	Coisa julgada. Efeito substitutivo.....	568
7.6	Coisa julgada. Funções negativa e positiva. Atitudes do juiz	569
7.7	Coisa julgada. Requisitos.....	569
7.8	Coisa julgada material e condições da ação.....	570
7.9	Proibição de rediscussão da lide. Intangibilidade da coisa julgada	571
7.10	Ações idênticas pendentes. Coisa julgada superveniente	571
7.11	Relativização (<i>desconsideração</i>) da coisa julgada.....	572
7.12	Coisa julgada material e Estado Democrático de Direito.....	573
7.13	Validade e eficácia da sentença. Independência da sua justiça	574
7.14	Controle da constitucionalidade da sentença. Coisa julgada inconstitucional.....	575
7.15	Desconsideração da coisa julgada e Estado Democrático de Direito.....	576
7.16	Relativização da coisa julgada e nazismo	576
7.17	Segurança jurídica e coisa julgada	577
7.18	Segurança jurídica, coisa julgada e justiça da sentença.....	578
7.19	Abrandamento legal (autorizado) da coisa julgada: ação rescisória, revisão criminal e coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	578
7.20	Princípio constitucional da proporcionalidade e coisa julgada. Ação rescisória. Exigência de previsão legal expressa e prévia	578

7.21	Ação rescisória. Violação manifesta de norma jurídica (CPC 966 V)	579
7.22	Coisa julgada inconstitucional e ação rescisória. Controle da constitucionalidade das decisões judiciais	580
7.23	Violação da Constituição Federal	581
7.24	Impugnação ao cumprimento de sentença (CPC 525)	581
7.25	Princípio constitucional da proporcionalidade e coisa julgada. Revisão criminal. Exigência de previsão legal expressa e prévia.....	582
7.26	Coisa julgada e investigação de paternidade julgada improcedente	582
7.27	Investigação de paternidade, prova e eficácia preclusiva da coisa julgada	583
7.28	A coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	584
7.29	Coisa julgada e desapropriação. Ação rescisória.....	584
7.30	Desapropriação. Condenação em dinheiro	585
7.31	Coisa julgada e desapropriação. Justiça da sentença	585
7.32	Coisa julgada e processo fraudulento.....	586
7.33	Desapropriação e conluio.....	586
7.34	Intangibilidade da coisa julgada. Pressuposto processual negativo (CPC 485 V)	586
7.35	Responsabilidade da doutrina	587
7.36	Conclusão: a) estado do problema <i>de lege lata</i> e b) sugestão <i>de lege ferenda</i>	587
8.	RECURSOS REPETITIVOS	589
8.1	Generalidades	589
8.2	O regime jurídico do RE e do REsp repetitivos	592
8.2.1	Os temas no RE e no REsp	596
8.3	Desistência do RE ou do REsp repetitivo.....	600
8.4	STF e STJ no julgamento do RE e do REsp repetitivos: tribunais de tese?	603
9.	BIBLIOGRAFIA	605
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	659